

EDUCAÇÃO SEXUAL: PERCEPÇÕES ENTRE GESTORAS INSTITUCIONAIS

Jairo Barduni Filho

Universidade do Estado de Minas Gerais

<https://orcid.org/0000-0002-1050-5828>

Carina Siqueira da Silva

Universidade do Estado de Minas Gerais

<https://orcid.org/0009-0004-9034-9499>

RESUMO:

O presente artigo, "Educação Sexual - Percepções Entre Gestoras Educacionais", referente ao trabalho de conclusão de curso (TCC). Traz uma pesquisa de caráter qualitativa, que buscou responder a seguinte pergunta: *Como as gestoras educacionais do município de Pedra Dourada-MG percebem a importância, os desafios e as abordagens da educação sexual nas escolas?* Para a coleta de dados foi utilizado uma entrevista semiestruturada com duas Diretoras, sendo uma do Ensino Fundamental e a outra da Educação Infantil e a Secretária de Educação do município, buscou-se compreender as políticas educacionais existentes. Os resultados destacaram lacunas na compreensão da educação sexual e sua aplicação prática, apontando a falta de materiais didáticos específicos e formação adequada como desafios principais. Desafios como resistência familiar, questões culturais e religiosas foram identificados como obstáculos à implementação efetiva da educação sexual. Apesar das iniciativas de palestras, a abordagem predominante foi mais biológica e higienista, concentrando-se principalmente na adolescência em detrimento da infância. As políticas atuais baseiam-se na BNCC e no Currículo Referência de Minas Gerais, porém, carecem de uma abordagem mais abrangente e integrada. Conclui-se que uma educação sexual eficaz deve começar na infância, ser interdisciplinar e integrada ao currículo para superar barreiras culturais e religiosas. Isso permitiria uma compreensão mais ampla e inclusiva da sexualidade pelas crianças, contribuindo para uma sociedade mais igualitária e emancipada.

PALAVRAS-CHAVE: Desafio Institucional. Educação Infantil. Educação Sexual. Ensino Fundamental. Gênero.

Abstract

The current article, "Sex Education - Perceptions Among Educational Managers," relates to a thesis project. It presents a qualitative study aiming to answer the question: How do educational managers in Pedra Dourada-MG perceive the importance, challenges, and approaches to sex education in schools? Data collection involved semi-structured interviews with two Directors, one from Elementary Education, another from Early Childhood Education, and the Secretary of Education of the municipality, aiming to understand existing educational policies. The results highlighted gaps in understanding sex education and its practical application, indicating the lack of specific educational materials and adequate training as primary challenges. Challenges such as familial resistance, cultural, and religious issues were identified as obstacles to the effective implementation of sex education. Despite lecture initiatives, the prevailing approach was more biological and hygienic, focusing mainly on adolescence rather than childhood. Current policies are based on the BNCC and the Minas Gerais Reference Curriculum but lack a more comprehensive and integrated approach. It is concluded that effective sex education should commence in childhood, be interdisciplinary, and integrated into the curriculum to overcome cultural and religious barriers. This would enable a broader and more inclusive understanding of sexuality by children, contributing to a more egalitarian and emancipatory society.

Keywords: Institutional Challenge. Child education. Sex Education. Elementary School. Gender

Resumen

Este artículo, “Educación Sexual - Percepciones entre Gestores Educativos”, se refiere al trabajo de finalización de curso (TCC). Se trata de una investigación cualitativa, que buscó responder a la siguiente pregunta: ¿Cómo perciben los gestores educativos del municipio de Pedra Dourada-MG la importancia, los desafíos y los enfoques de la educación sexual en las escuelas? Para la recolección de datos se utilizó una entrevista semiestructurada a dos Directores, uno de Educación Primaria y otro de Educación Infantil y a la Secretaría de Educación del Municipio, buscando comprender las políticas educativas existentes. Los resultados resaltaron lagunas en la comprensión de la educación sexual y su aplicación práctica, señalando como principales desafíos la falta de materiales didácticos específicos y de una formación adecuada. Se identificaron desafíos como la resistencia familiar y las cuestiones culturales y religiosas como obstáculos para la implementación efectiva de la educación sexual. A pesar de las iniciativas de conferencias, el enfoque predominante fue más biológico e higienista, centrándose principalmente en la adolescencia en detrimento de la infancia. Las políticas actuales se basan en el BNCC y el Currículo de Referencia de Minas Gerais, sin embargo, carecen de un enfoque más amplio e integrado. Se concluye que una educación sexual efectiva debe comenzar en la infancia, ser interdisciplinaria e integrarse al currículo para superar barreras culturales y religiosas. Esto permitiría una comprensión más amplia e inclusiva de la sexualidad por parte de los niños, contribuyendo a una sociedad más igualitaria y emancipada.

Palabras-clave: Reto institucional. Educación infantil. Educación sexual. Enseñanza fundamental. Género.

1 INTRODUÇÃO

Que falar de sexualidade é um tabu todos já sabemos, porém, quando aborda-se a infância e a educação sexual o pânico moral tende a se proliferar em discursos de interdições posto que a socialmente historicamente se equilibra entre o desejo e a interdição sobre o saber da sexualidade humana. Reconhecimento, censura, interdições, punições, proibições, correções, são diversos os modos como a sexualidade foi sendo interpretada, vivenciada ou interditada.

Por isso é urgente que a educação sexual se torne um componente de ensino obrigatório em nossas escolas e, mais ainda, que possamos saber o que as profissionais da educação entendem dessa oferta. Afinal, ainda é comum encontrar pessoas que pensam que falar dos temas da educação sexual para crianças é ensiná-las a fazer sexo.

Segundo Louro (2000): “A sexualidade é “aprendida”, ou melhor, é construída ao longo de toda a vida, de muitos modos, por todos os sujeitos”. (p.8). Estando presente em toda nossa vida, desde o nascimento até a vida adulta. Fazendo parte do cotidiano de todos nós, estando presente em tudo o que sentimos e vivenciamos ao nosso corpo, estando relacionado a tudo o que somos capazes de sentir e expressar.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs, 1997) a inserção das questões relacionadas a sexualidade no currículo das escolas do ensino fundamental e médio, vem se fortalecendo desde a década de 70, a

existência de um Parâmetro transversal abordando a sexualidade é um avanço no que diz respeito às políticas educacionais e conquista do movimento LGBTQIA+ e movimento feminista. Aos poucos gênero e sexualidade ganharam espaços a serem discutidos inclusive junto das crianças. Segundo LOURO (2014): gênero “se constitui com ou sobre corpos sexuados, ou seja, não é negada a biologia, mas enfatizada, deliberadamente, a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas”. (p.26).

A autora compreende também que o conceito de gênero tende a ser pensando de forma ampla abrangendo não só as questões de homens e mulheres mas sim as questões relacionadas aos diversos grupos existentes, “ao se considerar os diversos grupos (étnicos, religiosos, raciais, de classe) que a constituem”. (LOURO, 2014, p.27). E ao se falar de identidade de gênero e identidade sexual, a autora diz:

[..] tanto na dinâmica do gênero como na dinâmica da sexualidade as identidades são sempre construídas, elas não são dadas ou acabadas num determinado momento. Não é possível fixar um momento, seja no nascimento, a adolescência, ou a maturidade, que possa ser tomado como aquele em que a identidade sexual e/ou a identidade de gênero seja “assentada” ou estabelecida. (LOURO, 2014, p.31).

Para Furlani (2011), a educação sexual nas escolas “é óbvia, necessária, desejosa e coerente” (p.65), tanto na formação, como na vida das crianças, jovens e adolescentes. Sendo importante para a formação de uma sociedade mais justa, dessa forma contribuindo com a diminuição das desigualdades e promovendo a inclusão social.

A educação sexual ajuda a orientar crianças e adolescentes sobre o toque positivo e o toque negativo para o combate ao abuso sexual, e, além disso, faz parte da educação sexual trabalhar limites e consentimentos além de valorização das diferenças corporais e étnicas. No mais, trabalha-se a higiene, as emoções, a coeducação, a desconstrução da conhecida separação de brinquedos e cores para meninos e para meninas, as relações com os outros, a pluralidade familiar, as ISTs, dilemas de relacionamentos dentre muitos outros tópicos importantes, claro, cada um desses tópicos destinado a uma faixa etária específica e com uma linguagem própria.

Sabemos que o abuso sexual tem cada vez mais ganhado os “holofotes”

sociais com os casos que são amplamente divulgados pela mídia. Sabemos também da existência da Lei Federal 9.970/00 a partir de 2000, como o “Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes”. A data foi escolhida, porque 18 de maio de 1973, em Vitória-ES, um crime bárbaro chocou o país e ficou conhecido como “Crime Arceli”. O mês de maio desde então ficou sendo lembrado como o mês de conscientização pela prevenção da violência e abuso sexual de crianças e adolescentes. A data é lembrada em memória da menina Araceli Crespo de oito anos que foi drogada, estuprada e morta por jovens de classe média alta em 18 de maio de 1973, um crime que permanece impune até hoje.

Além da lei citada, também existem outras leis que formam um escopo legal para que educadores possam trabalhar a educação sexual nas instituições de ensino. A primeira está ligada à questão da sexualidade, diversidade, como é apontado pela: Constituição Federal (C.F) de (1988), em seus artigos 3º, 5º, 205º, 206º e 227º. Na lei de Diretrizes e Bases (LDB, 9394/96) com seu artigo 3º. No Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de (1990) em seus artigos 1º, 4º, 5º, 245º, também no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998) entre outros que versam sobre proteção e direito das crianças e adolescentes no Brasil.

Hoje, um dos documentos governamentais mais recentes que regimentam a política educacional é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), esta passou por várias etapas até ser aprovada em 2018. Sendo que em 2017 o documento referia-se apenas para a Educação Infantil e para o Ensino Fundamental, só em 2018 ele foi reformulado para etapa do Ensino Médio, dessa forma sendo aprovado no dia 04 de dezembro de 2018. O documento tem como objetivo definir um conjunto de conhecimentos, competências e habilidades que se espera que os estudantes adquiram ao longo da Educação Básica.

Porém, quando passamos a leitura do documento, fica claro que a temática “Educação Sexual” passa a ser abordada apenas nos Anos Finais do Ensino Fundamental, basicamente no 8º ano, na matéria de ciências, nas unidades temáticas “Vida e Evolução” com temas relacionados à reprodução e à sexualidade humana, (BRASIL, 2018, p. 348-349).

Embora não apareça explicitamente a Educação Sexual na BNCC, é

sabido que este foi um assunto polêmico, de acordo com a matéria publicada no dia 07 de abril de 2017, feita pelo site Catraca Livre, o MEC retirou as expressões de “Identidade de Gênero” e “Orientação Sexual” da versão final da BNCC, sendo que nos documentos anteriores apareciam e após a reformulação deixou de existir. A matéria traz três trechos que foram modificados.

De acordo com a matéria divulgada pelo site Catraca Livre: a importância da base para que o país tenha “equidade” e “igualdade”. Sendo ele: “A equidade requer que a instituição escolar seja deliberadamente aberta à pluralidade e à diversidade, e que a experiência escolar seja acessível, eficaz e agradável para todos, sem exceção, independentemente de aparência, etnia, religião, sexo, identidade de gênero, orientação sexual ou quaisquer outros atributos, garantindo que todos possam aprender.” E após a reformulação acabou ficando da seguinte maneira: “A equidade requer que a instituição escolar seja deliberadamente aberta à pluralidade e à diversidade, e que a experiência escolar seja acessível, eficaz e agradável para todos, sem exceção, independentemente de aparência, etnia, religião, sexo ou quaisquer outros atributos, garantindo que todos possam aprender”.¹ Dessa forma, é notório que o documento carrega consigo as digitais de uma política cujo pensamento se assemelha a uma abordagem moral-tradicionista. Porém, avançar e retroceder é comum nas políticas que versam sobre o direito a educação sexual no país.

Os retrocessos sobre o assunto parece encontrar respaldo em certa medida com a ausência do tema nas escolas, certamente espelhando a falta de familiaridade na formação pedagógica das professoras e gestoras escolares ou, esbarrando na formação religiosa, moral e ideológica dessas.

A sexualidade pode e deve ser trabalhada desde tenra infância até pelo fato de que a criança quando pequena já tem noção das diferenças entre mulher e homem, construindo uma infância segura e informada especialmente na relação dela com ela mesma como na relação dela com outras pessoas. A criança desde de cedo

¹ Site Catraca Livre. MEC retira as expressões de “Identidade de Gênero” e “Orientação Sexual” da versão final da BNCC. Matéria publicada no dia 07 de abril de 2017. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/educacao/mec-retira-identidade-de-genero-e-orientacao-sexual-da-bncc/>

é aguçada pela curiosidade em saber nomes e funções das partes de seu corpo, a famosa fase dos “Porquês?” no período pré-operacional com a construção de conceitos e realização de assimilações. Fulani (2011) questiona a questão de que se deve trabalhar com as crianças começando a falar sobre o seu corpo, conhecendo as diferenças entre o corpo de menina e de menino, trazendo as questões relacionadas tanto da higiene pessoal, aos conceitos de nudez, masturbação-autoerotismo e a privacidade.

Assim, buscamos entender como as gestoras educacionais do município de Pedra Dourada-MG percebem a importância, os desafios e as abordagens da educação sexual nas escolas?

O nosso objetivo foi compreender e investigar se existe algum projeto-política que trabalhe com as questões que envolvem a Educação sexual nas duas escolas do município de Pedra Dourada-MG bem como em relação a formação continuada no tema.

2 DIFERENTES ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS SOBRE A EDUCAÇÃO SEXUAL

No contexto histórico e pedagógico brasileiro, podemos observar diferentes representações e abordagens da educação sexual, todas elas exercem influência e impactam o cotidiano dos cidadãos brasileiros e, principalmente, das crianças e jovens em seus ambientes familiares e escolares. Essas abordagens devem ser encaradas como discursos que constituem lógicas específicas e constroem certos conhecimentos.

A educação sexual contemporânea apresenta de maneira explicitamente diversas formas de estruturação que compõem seu projeto pedagógico, em um processo que não é uniforme. Pelo contrário, esse processo é caracterizado por rupturas, divergências e discordâncias tanto no âmbito teórico quanto no político. No entanto, é possível observar entre alguns pontos de interseção e convergência.

Furlani (2011) traz oito concepções que abordam a educação sexual na sociedade contemporânea. Sendo elas: *Abordagem biológico-higienista: limita-se à dimensão biológica da sexualidade; Abordagem moral-tradicionista: defende a abstinência como conduta para adolescentes; Abordagem terapêutica: busca*

identificar causas e motivações para problemas e anormalidades sexuais; Abordagem religioso-radical: utiliza o discurso religioso como autoridade inquestionável para determinar representações sexuais; Abordagem dos direitos humanos: baseada na igualdade, não permite exclusão com base na sexualidade; Abordagem dos direitos sexuais: reconhece diferentes identidades sexuais e promove reivindicações e conquistas para todos os envolvidos; Abordagem emancipatória: prioriza a liberdade de escolha e vai além dos benefícios individuais do aluno, visando formar um cidadão crítico e socialmente engajado; Abordagem queer: questiona a existência de papéis essenciais ou biologicamente determinados na sexualidade humana, reconhecendo a diversidade de formas de expressar a identidade sexual.

A autora analisa de forma aprofundada e reflexiva, tanto teoricamente quanto didaticamente, que essas abordagens tem implicações significativas tanto no âmbito educacional, quanto político para os profissionais da educação. Compreendendo que:

[..] uma delas pressupõe uma concepção de educação, um entendimento de sexualidade e de vida sexual humana, um entendimento de valores morais e étnicos de vida em sociedade, um entendimento de direitos e de sujeitos mercedores desses direitos e, sobretudo, cada uma dessas abordagens define a prática docente e o perfil da/o professora/or que pensará e planejará e desenvolverá essa educação sexual. (Furlani, 2011, p.15).

Essas concepções refletem diferentes perspectivas e abordagens que influenciam o modo como a educação sexual é compreendida, reproduzida e praticada, cada uma com suas características e ênfases específicas. Sendo que na abordagem biológico-higienista é uma perspectiva da educação sexual que enfatiza a biologia e a higiene como aspectos centrais do ensino sobre sexualidade. Essa abordagem baseia-se na crença de que a sexualidade humana deve ser compreendida principalmente por meio de conhecimentos biológicos, como anatomia, fisiologia e funcionamento do corpo.

Na educação sexual biológico-higienista, a ênfase é colocada na transmissão de informações sobre os órgãos sexuais, o desenvolvimento do corpo, a reprodução, as doenças sexualmente transmissíveis e as medidas de prevenção. O objetivo principal é fornecer conhecimento científico sobre a sexualidade, com o intuito de promover uma visão mais objetiva e "higiênica" do tema. Segundo Furlani

(2011):

Por manter inquestionáveis as premissas acerca do determinismo biológico, considera as diferenças entre homens e mulheres decorrente do atributos corporais – o que contribuiu (contribui) tanto para “naturalização” das desigualdades sexuais e de gênero quanto para a formulação dos enunciados que hierarquizam essas diferenças (por exemplo, premissas machistas, sexistas, misóginas e homofóbicas). (p.16).

Tal perspectiva pode ser correlacionada com a BNCC, pois, a temática sobre “Educação Sexual” não é abordada explicitamente, só podemos ver que é mencionada somente no 8º ano, nos anos finais do ensino fundamental. O documento aborda da seguinte maneira:

Pretende-se que os estudantes, ao terminarem o Ensino Fundamental, estejam aptos a compreender a organização e o funcionamento de seu corpo, assim como a interpretar as modificações físicas e emocionais que acompanham a adolescência e a reconhecer o impacto que elas podem ter na autoestima e na segurança de seu próprio corpo. É também fundamental que tenham condições de assumir o protagonismo na escolha de posicionamentos que representem autocuidado com seu corpo e respeito com o corpo do outro, na perspectiva do cuidado integral à saúde física, mental, sexual e reprodutiva. (2018. p.327)

Essa abordagem tende a focar na prevenção de riscos, especialmente no que diz respeito à gravidez indesejada e às infecções sexualmente transmissíveis (ISTs). Pode abordar questões como contracepção, métodos de proteção e práticas sexuais seguras. A educação sexual biológico-higienista muitas vezes enfatiza a necessidade de abstinência sexual como forma de evitar problemas de saúde e promover a saúde sexual, ou seja, existe o componente da moralidade neste tipo de abordagem.

No entanto, a abordagem biológico-higienista pode ser criticada por sua visão limitada e reducionista da sexualidade. Ela tende a negligenciar aspectos emocionais, relacionais e culturais da sexualidade, assim como a diversidade de experiências e identidades. Além disso, essa abordagem pode perpetuar estigmas, medos e tabus em relação à sexualidade, ao invés de promover uma compreensão holística e inclusiva.

Quando se trata da abordagem moral-tradicionista em relação à educação sexual, geralmente há uma ênfase na manutenção dos valores tradicionais e conservadores em relação à sexualidade. Os defensores da

abordagem moral-tradicionista podem argumentar que a educação sexual deve se concentrar na promoção da abstinência antes do casamento e na valorização da fidelidade conjugal. Eles podem enfatizar a importância da moralidade sexual baseada em normas tradicionais, muitas vezes influenciadas por princípios religiosos ou culturais.

Essa perspectiva pode resultar em uma abordagem restritiva ou limitada da educação sexual, com foco na transmissão de informações sobre os riscos associados à atividade sexual fora do casamento e na promoção da importância da responsabilidade pessoal. Os tradicionalistas podem defender a abstinência como o único método eficaz de prevenção de gravidez indesejada e de doenças sexualmente transmissíveis. Em discursões sobre abordagem moral-tradicionista Fulani (2011) questiona:

Os/as adeptos/as do Programa Abstinência Somete alegam que os outros programas de educação mais “amplos e liberais” entrariam em divergência com os ensinamentos de pais e mães em casa, provendo uma “desdoutinação” das crianças e jovens dos “Valores de moral tradicionais”. Assim colocam-se favoráveis aos “papéis sexuais” tradicionais, defendem a monogamia, casamento, a castidade pré-marital, a educação separada entre meninos e meninas; pregam a intolerância com as práticas sexuais e com os modos de viver a sexualidade que não sejam os reprodutivos. (2011, p.17).

Além disso, a abordagem moral-tradicionista pode se opor a certos aspectos da educação sexual, como a discussão aberta sobre contracepção, aborto, métodos anticoncepcionais ou questões relacionadas à identidade de gênero e orientação sexual. Os defensores dessa abordagem podem acreditar que tais tópicos são contrários aos valores tradicionais e podem promover comportamentos considerados moralmente inaceitáveis.

No entanto, é importante ressaltar que há um debate contínuo em torno da educação sexual e da abordagem moral-tradicionista. Muitos argumentam que uma abordagem mais ampla e inclusiva, que aborde a diversidade de orientações sexuais, identidades de gênero e relacionamentos saudáveis, é essencial para fornecer informações e suporte adequados aos jovens. Essa abordagem procura equilibrar os valores tradicionais com a promoção da saúde sexual e reprodutiva, bem como a compreensão e o respeito pela diversidade humana.

A abordagem terapêutica, busca identificar as causas explicativas e

soluções para vivências sexuais consideradas "anormais" ou problemas sexuais, com a promessa de alcançar a "cura" dessas questões. Geralmente, essa abordagem apresenta conclusões simplistas, imediatistas, genéricas e universais para fenômenos complexos da vida sexual. Ela tende a se concentrar principalmente no aspecto psicológico do indivíduo, e muitas vezes associada a instituições religiosas. Segundo Furlani (2011):

Essa abordagem, ao aglutinar aspectos causais e terapêuticos, tem sido adotada por igrejas que prometem "livrar" seus fiéis da homossexualidade, baseadas na representação que confere ao direcionamento do desejo afetivo e erótico não só o caráter de anormalidade como também a possibilidade de cura. (p.20).

É importante ressaltar que essa abordagem tem sido criticada por sua tendência a simplificar questões complexas e por suas alegações de cura. Ela pode negligenciar a diversidade e a singularidade das experiências sexuais e impor uma visão padronizada e normativa sobre a sexualidade. Além disso, é fundamental ter cautela com abordagens terapêuticas que prometem soluções rápidas e universais para problemas sexuais, uma vez que a sexualidade é uma dimensão individual e multifacetada, influenciada por uma variedade de fatores biológicos, psicológicos, sociais e culturais. Tal abordagem se vale de procedimentos equivocados como exorcismo e terapias que prometem a "cura gay" podendo levar a casos graves de depressão e morte.

A abordagem religioso-radical é uma perspectiva que utiliza o discurso religioso como autoridade inquestionável para determinar as representações sexuais. Nessa abordagem, as crenças e ensinamentos religiosos são considerados como a única fonte de orientação e verdade sobre questões sexuais. Enfatizando a interpretação literal dos textos religiosos e considera as normas e valores estabelecidos pela religião como absolutos e imutáveis. Ela busca impor essas normas e valores na esfera da sexualidade, determinando o que é considerado certo ou errado, moral ou imoral.

Essa abordagem tende a ser rígida, intolerante e dogmática, não permitindo questionamentos ou interpretações alternativas, e, buscando sempre a "cura" para sexualidades entendidas como desviantes. É importante ressaltar que nem todas as abordagens religiosas são radicais ou dogmáticas em relação à

sexualidade. Existem diversas perspectivas religiosas que adotam uma postura mais inclusiva, acolhedora e aberta ao diálogo sobre sexualidade, considerando a importância do respeito, do amor e do consentimento nas relações sexuais, estas, podemos aqui chama-las de perspectivas inclusivas e acolhedoras das sexualidades, dos corpos, das diversidades.

A pesquisa de caráter qualitativa, foi realizada nas duas escolas do município de Pedra Dourada-MG. Sendo entrevistadas as gestoras das escolas e a secretária de educação do município. A entrevista é uma forma de obter informações, opiniões ou observações diretamente da pessoa entrevistada. Para Lüdke e André (2018):

A grande vantagem da entrevista sobre outras técnicas é que ela permite a capacitação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos. Uma entrevista bemfeita pode permitir o tratamento de assuntos de natureza estritamente pessoal e íntima, assim como temas de natureza complexa e de escolhas nitidamente individuais. (p.39).

A entrevista possibilita a obtenção rápida e atualizada das informações desejadas, sendo uma abordagem versátil que pode ser aplicada praticamente a qualquer tipo de informante e sobre uma ampla variedade de tópicos. Quando conduzida de forma cuidadosa e bem elaborada, ela é capaz de lidar com assuntos de natureza extremamente pessoal e íntima, bem como com temas complexos e escolhas individualizadas. Isso sugere que a entrevista pode ser uma ferramenta poderosa para explorar detalhadamente uma ampla gama de tópicos, independentemente da sua natureza, oferecendo uma oportunidade única de obter informações ricas e detalhadas diretamente dos participantes envolvidos no estudo.

As entrevistas foram realizadas no dia 06 de setembro de 2023, em horários diferentes e no ambiente de trabalho de cada uma. A primeira diretora entrevistada foi a que trabalha na escola do Ensino Fundamental, em seguida foi entrevistada a diretora da Educação Infantil, para essas duas gestoras foi utilizado um roteiro contendo cinco perguntas. A terceira e última entrevistada foi a secretária de educação do município, o roteiro utilizado foi composto de duas perguntas.

Para a realização dessa pesquisa foi realizado um levantamento bibliográfico acerca do tema - Educação Sexual na Escola com as autoras Louro (2004), Furlani (2011) e leis referentes ao tema, além de uma entrevista semi

estruturada com as gestoras das escolas e a secretária de educação do município de Pedra Dourada-MG e após a coleta de dados e/ou informações, foi realizada uma análise do material coletado.

4 ENTREVISTA COM AS DUAS GESTORAS E COM A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

As entrevistas ocorreram no dia 06 de setembro de 2023, cada uma em horários diferentes no ambiente de trabalho de cada uma. Foi realizadas com duas gestoras, uma do Ensino Fundamental e a outra da Educação Infantil, e com a secretária de educação do município de Pedra Dourada-MG. Das entrevistadas que se disponibilizaram em responder as perguntas todas residem no município, sendo que só uma que nasceu e foi criada em outro município.

A primeira gestora a ser entrevistada, tem 50 anos e trabalha na escola a 26 anos e atualmente está a 3 anos na gestão escolar, ela possui especialização em Orientação, Supervisão e Inspeção. A segunda gestora entrevistada, tem 30 anos, sua formação inicial foi em Pedagogia, possui especialização em Educação Especial Inclusiva com Tecnologia Assistiva em Técnicas Alternativas e está a 3 anos na gestão da instituição. A secretária de educação é formada em Matemática e sua segunda graduação foi em Enfermagem, ela já trabalhou no município como professora de matemática no Anos Finais do Ensino Fundamental e está na função de secretária de educação a 3 anos. A primeira pergunta realizada foi a respeito do que as gestoras entendem por educação sexual.

Entrevistadora: O que você gestora entende por educação sexual?

Gestora 1: Conhecimento do seu próprio corpo, e de assuntos relacionados à sexualidade.

Gestora 2: A Educação Sexual é o processo que visa ensinar e a esclarecer questões relacionadas à sexualidade.

Em linhas gerais houve o entendimento de que as diretoras reconhecem parcialmente o que é educação sexual, mas nota-se a necessidade de um domínio, conhecimento maior a respeito do assunto, sendo que já trouxemos aqui nesse texto que, educação sexual é um grande campo no qual se trabalha com diferentes tópicos relacionados a identidade, autoestima, diversidade, prevenção, cuidado, sentimentos e educação.

Enfatizando que esse tipo de educação contribui para uma construção de

uma sociedade mais igualitária, humanistária e menos violenta. Promovendo a acessibilidade e a igualdade de todos independente de sua orientação sexual ou identidade de gênero.

Entrevistadora: A escola de vocês trabalha ou já trabalhou com o tema educação sexual, se sim, como aconteceu e a como foi a experiência?

Gestora 1: A escola trabalha de acordo com o que está nos livros didáticos, cada ano de escolaridade é abordado a nível diferente. Já aconteceu palestras com os alunos maiores abordando o tema.

Gestora 2: Sim. Trabalhamos com as crianças o semáforo do toque para ensinar quais as partes do corpo podem ser tocadas ou não por outras pessoas. As crianças gostaram bastante.

A resposta da gestora 1 nos deixa em dúvida, pois, o que está nos livros didáticos? O que é abordado em nível diferente? Quando ela aponta para palestras com os alunos maiores, fica também a dúvida se essas conversas acontecem só com os jovens. Furlani (2011) destaca em seu primeiro princípio: *A educação sexual deve começar na infância e, portanto fazer parte do currículo escolar*, questionando a ideia de muitos professores endenderem que só se deve trabalhar a sexualidade na adolescência.

Esse entendimento educacional é limitado e parece se amaparar na de que a “iniciação sexual” só é possível a partir da capacidade reprodutiva (puberdade). Com isso, a escola está sempre atrasada: primeiro em relação às expectativas e às práticas sociais das crianças e jovens, e, segundo, em relação à capacidade de o ensino escolar mudar comportamentos a partir da relevância da informação e da discussão que oferece (a informação chega tarde demais). (p.67).

Hoje, temos materiais didáticos para se trabalhar educação sexual com crianças pequenas como o livro: Pipo e Fifi (2021) de Carolina Arcari, livro publicado pela Editora Caqui ²especializada em livros para o trabalho com temas da educação sexual. Nos perguntamos se gestoras e escolas conhecem os caminhos para construir um acervo didático próprio de trabalho no assunto? Seria falta de formação-conhecimento-informação? Capacitação? Interesse? Investimento para uma escola sexualmente saudável?

Entrevistadora: Quais são os desafios que você enquanto gestora acredita que podem existir para a inserção da educação sexual enquanto prática pedagógica escolar?

Gestora 1: A maturidade das crianças e dos adolescentes sobre o assunto, a aceitabilidade

² <https://www.editoracaqui.com.br/>

da família, a dificuldade de alguns professores em abordar o tema em sala de aula. Muito das vezes os pais não aceitam que abordem o tema com os seus filhos achando que é a mesma coisa de ensinar as crianças a fazerem sexo.

Gestora 2: Divergências culturais e religiosas, aceitação dos pais ou responsáveis das crianças. E a crença que as crianças não devem ser expostas a imagens de genitálias e outros termos considerados eróticos.

Diante das respostas, é possível notar, que ambas as gestoras apontam para a dificuldade de comunicação com as famílias. A postura de muitos familiares e, até educadoras se assemelham as três concepções conservadoras - moral-tradicionista, terapêutica e a religioso-radical. Segundo FURLANI (2011) a educação sexual voltada para as concepções conservadoras “é o da privação de informação” (p.18) sendo fornecida de maneiras inconvenientes, omitindo informações relevantes, o que pode ser prejudicial para o entendimento adequado da sexualidade e da saúde sexual. Louro (2014) também questiona:

Exatamente por levar em conta a presença dos múltiplos arranjos familiares na sociedade é que podemos supor distintas formas de intervenção da família nas disposições escolares. Apesar disso não é possível negar que, na maior parte das vezes, são as representações mais tradicionais ou conservadoras que conseguem "falar mais alto". (130).

Assim, fica exposta a crença que algumas famílias carregam de que a sexualidade infantil é intocada, que, por exemplo, a manipulação dos genitais é falta de respeito, promiscuidade, molequice, muitas das vezes, comparando a sexualidade infantil com a sexualidade adulta, tratando assim de uma interpretação equivocada que parte da visão já sensualizada e erotizada do adulto. É difícil para certos adultos compreenderem que a criança se toca como ato de descobrimento sem malícia.

Entrevistadora: Você sabe se existe algum tipo de formação continuada sobre educação sexual/diversidades oferecida pela secretaria de educação ou algum outro órgão municipal/estadual, se sim, comente a respeito, se não, diga o porquê que você acha que não tem?

Gestora 1: Não que eu saiba.

Gestora 2: Em alguns meses aconteceram palestras nas escolas sobre educação sexual em parceria com a saúde e CRAS. Esse ano Eu e a vice diretora da creche, fomos chamadas pelo fórum para uma palestra sobre os principais sinais que as crianças dão quando estão sendo abusadas.

Por meio da segunda resposta nota-se, a educação sexual acontece por meio de palestras também para formação de professores e gestores. Fica a dúvida sobre o viés dessas palestras, se há algum material disponibilizado, mas, como a

formação parece vir de órgãos vinculados a saúde, deduzimos que a abordagem acontece no sentido biológico-higienista. Isso significa uma formação centrada na promoção de saúde, e não que isso não seja importante, mas, entendendo as muitas possibilidades da educação sexual para as crianças, tal vertente deixa a desejar para o trabalho desde tenra idade.

Entrevistadora: Quais seriam os benefícios de uma pedagogia escolar que envolvesse os temas da educação sexual para a sua escola?

Gestora 1: Acredito que uma palestra em todos os bimestre ajudaria na prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, a gravidez na adolescência, abuso sexual, assim amenizaria muitos tabus, principalmente se os pais estivessem juntos nessa parceria de falar com os seus filhos e se a aceitação deles.

Gestora 2: Conhecimento e noções de cuidado com o próprio corpo. Erradicar as diversas violências sofridas dentro e fora de casa. Ensinar a criança a contar os abusos sofridos.

Percebe-se mais uma vez que a abordagem biológico-higienista está presente, dando mais importância em palestras para os adolescentes e deixando de pensar na infância, seria quase o desaparecimento da infância no que diz respeito a sexualidade infantil, do desaparecimento da criança como sujeito de direitos, e, neste caso, direito a minimização da exclusão por uma educação que faça valer a cidadania plena. Quando a gestora 2 aponta para o problema social da pedofilia. Atividades que trabalhem o corpo voltadas para a autonomia pessoal e corporal ajudam a criança a entender quando um adulto ultrapassa os limites da sua intimidade, especialmente com segredo em relação a toques-carinhos íntimos. A gestora 2 assim entende que a cultura sexual com conversas com crianças podem ser um caminho de prevenção e combate ao abuso sexual.

Entrevistadora: Como você enxerga a necessidade da oferta da Educação sexual como parte do ensino em escolas do município de Pedra Dourada para crianças matriculadas?

Secretaria de Educação: Dentro do currículo, a escola do município trabalha o tema de acordo com a proposta pedagógica e a BNCC. Só não existe a disciplina própria, para tratar do tema é de forma interdisciplinar e não visa ter a necessidade de uma disciplina só para o tema dentro da nossa realidade.

Entrevistadora: A secretaria tem junto com as escolas trabalhado para fomentar a discussão e inclusão dessa educação de forma transversal ou por outro viés para o cotidiano das escolas do município, se sim, como é feito tal trabalho se não, quais os fatores que dificultam a inserção do assunto?

Secretaria de Educação: Já é realizado as palestras dentro da escola sobre o tema, e também o assunto é trabalhado no cotidiano do aluno, e sempre que surge uma demanda é feito um diálogo para resolver a situação.

De acordo com as respostas, é notório que as duas escolas do município abordam a educação sexual na educação infantil e nos anos iniciais de forma mais voltada para o conhecimento do seu próprio corpo e explicando somente aos nos

últimos anos a educação sexual voltada para reprodução, doenças sexualmente transmissíveis, gravidez na adolescência e etc. Seguindo a BNCC e o Currículo Referência de Minas Gerais. Na BNCC, o documento aborda da seguinte maneira:

Nos anos iniciais, pretende-se que, em continuidade às abordagens na Educação Infantil, as crianças ampliem os seus conhecimentos e apreço pelo seu corpo, identifiquem os cuidados necessários para a manutenção da saúde e integridade do organismo e desenvolvam atitudes de respeito e acolhimento pelas diferenças individuais, tanto no que diz respeito à diversidade étnico-cultural quanto em relação à inclusão de alunos da educação especial.

Nos anos finais, são abordados também temas relacionados à reprodução e à sexualidade humana, assuntos de grande interesse e relevância social nessa faixa etária, assim como são relevantes, também, o conhecimento das condições de saúde, do saneamento básico, da qualidade do ar e das condições nutricionais da população brasileira. (2018. p.327)

E no Currículo Referência de Minas Gerais aborda da seguinte maneira:

Nos anos iniciais, pretende-se que as crianças ampliem os seus conhecimentos e apreço pelo seu corpo, identifiquem os cuidados necessários para a manutenção da saúde e integridade do organismo e desenvolvam atitudes de respeito e acolhimento pelas diferenças individuais, tanto no que diz respeito à diversidade étnico-cultural quanto em relação à inclusão de alunos da educação especial.

Nos anos finais, são abordados, também, temas relacionados à reprodução e à sexualidade humana, assuntos de grande interesse e relevância social nessa faixa etária, assim como são relevantes, também, o conhecimento das condições de saúde, do saneamento básico, da qualidade do ar e das condições nutricionais da população brasileira. (2018. p.743)

Ambos destacam a importância de ampliar o conhecimento sobre o corpo, cuidados com a saúde e integridade, bem como promover atitudes de respeito e inclusão, abrangendo diversidade étnico-cultural e educação especial. No entanto, é importante notar que a BNCC é um documento nacional que estabelece diretrizes gerais para a educação no Brasil, enquanto o Currículo Referência de Minas Gerais pode conter adaptações ou ênfases específicas para o estado de Minas Gerais. Portanto, podem haver pequenas diferenças na implementação prática e na ênfase dada a certos tópicos, mas os princípios gerais parecem ser compartilhados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto das entrevistas realizadas com as Gestoras e a Secretária de Educação do município de Pedra Dourada-MG, fica evidente que ainda é um grande tabu em se falar de educação sexual, sua compreensão e sua implementação nas

escolas é parcial e muitas vezes limitada. Embora haja esforços para abordar o tema, é necessário repensar e aprimorar a abordagem da educação sexual no sistema educacional, especialmente no que diz respeito ao currículo escolar.

Primeiramente, é essencial superar a concepção restrita de educação sexual, que muitas vezes a associa apenas à adolescência e à reprodução. Sendo que a educação sexual deve começar na infância e ser parte integrante do currículo escolar. É um processo educacional comprometido com a construção de uma sociedade mais igualitária e humanitária, promovendo acessibilidade e igualdade para todos, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero.

Somos um dos países com maior taxa de feminicídio e violência contra a população LGBTQIA+ do mundo e, lembrando que o tema da redação do Enem 2023: “Desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil” diz respeito diretamente com a presença ou não de uma educação sexual nas escolas.

Entretanto, é de suma importância ressaltar que a abordagem da educação sexual não deve se limitar a palestras esporádicas para adolescentes nem tampouco palestras enquanto formação de professores, é preciso que minicípios implantem programas de formação/capacitação que busquem uma formação integral e que não desconsiderem a infância, parcerias com universidades, grupos de pesquisa, e até formação a distância são possibilidades.

A Secretária de Educação mencionou que a educação sexual é trabalhada de acordo com a BNCC e a proposta pedagógica, mas não existe uma disciplina própria para o tema. No entanto, é essencial que a educação sexual seja uma parte essencial do currículo, e não apenas uma questão interdisciplinar. É preciso uma abordagem mais abrangente e sistemática para garantir que as crianças recebam uma educação sexual completa e inclusiva.

Para concluir, a educação sexual deve ser iniciada desde a infância, ser abordada de forma interdisciplinar e integrada ao currículo, superando os obstáculos culturais e religiosos. Somente dessas ações será possível fornecer às gerações futuras as ferramentas necessárias para uma compreensão saudável e consciente de sua sexualidade, contribuindo para a construção de uma sociedade mais igualitária e humana.

REFERÊNCIAS

AÇÃO EDUCATIVA. A ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso / Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação (Org.). - São Paulo: Ação Educativa, 2016. 168p. : il.

BRASIL. Currículo Referência de Minas Gerais (Minas Gerais, 2018). Currículo Referência de Minas Gerais. Minas Gerais, 2018.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente, ECA. Brasília: Diário Oficial da União, 1990. BRASIL.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996. BRASIL.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular, BNCC. Brasília, 2018.

BRASIL. PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais: Orientação Sexual. MEC, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CATRACA LIVRE. MEC retira as expressões de “Identidade de Gênero” e “Orientação Sexual” da versão final da BNCC. Publicada no dia 07 de abril de 2017. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/educacao/mec-retira-identidade-de-genero-e-orientacao-sexual-da-bncc/>

CENTRO DE REFERÊNCIAS EM EDUCAÇÃO INTEGRAL. Por que a Escola Sem Partido vai contra o papel da escola. Publicada no dia 24 de maio de 2018. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/reportagens/por-que-o-escola-sem-partido-vai-contr-o-papel-da-escola/>

FURLANI, Jimena. Educação sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às

diferenças/ Jimena Furlani.--Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista** / Guacira Lopes Louro.16.ed. Pedrópolis, RJ: Vozes, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade** / Guacira C622 Lopes Louro (organizadora) Tradução dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva — Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 176p.

LÜDKE, Menga. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas** / Menga Lüdke, Marli E. D. A. André. – [2. ed]. – [Reimpr.]. – Rio de Janeiro: E.P.U.,2018.

YIN, Robert K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim** / Robert K. Yin; tradução: Daniel Bueno; revisão técnica: Dirceu da Silva. – Porto Alegre: Penso, 2016. Xxii, 313 p. : il.;